

Os gêneros editoriais e o alvorecer do jornalismo impresso: dos folhetos informativos às gazetas periódicas da Idade Moderna¹

Eduardo Comerlato²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Resumo

Este artigo adota uma abordagem de revisão bibliográfica temática centrada no conceito de *gênero editorial*. Trata-se de uma revisão conceitual que visa reconstruir as principais acepções do termo no âmbito da *História do livro e da leitura*. A partir do levantamento teórico, propõe-se uma análise exploratória voltada à reflexão sobre sua utilização no estudo das origens do jornalismo na Idade Moderna. O esforço visa evidenciar a visão holística dos *gêneros editoriais* como categoria de análise para compreender a produção, circulação e recepção dos impressos noticiosos no contexto cultural ibero-americano.

Palavra-chave: Gêneros jornalísticos; Idade Moderna; história do jornalismo; folhetos; Gêneros editoriais.

Nos primórdios da Idade Moderna, com a invenção da tipografia, o mundo ocidental passou a testemunhar, gradualmente, o surgimento de obras que se distanciavam dos padrões medievais. Assim, gêneros inéditos começaram a ocupar o espaço impresso, como os *romances de cavalaria*, as *peças teatrais*, as *poesias cançãoeiras* e, também, as *narrativas informativas*, a exemplo das *cartas* e das *relações de acontecimentos*.

Isso implica que novas formas de publicação tornaram-se possíveis, ampliando as conexões entre o universo tipográfico e o público leitor (ou ouvinte, se considerarmos a prática da leitura em voz alta). No entanto, como ocorria esse contato entre a sociedade moderna e as obras impressas? Afinal, considerar apenas o conteúdo textual oferece uma visão limitada do fenômeno, negligenciando aspectos fundamentais relacionados ao suporte material e aos modos de circulação desses impressos.

Partindo dessa inquietação, este artigo propõe uma revisão do conceito de *gênero editorial*, visando a uma compreensão mais ampla do contexto cultural da Idade Moderna. Além disso, busca-se introduzir essa perspectiva nos estudos sobre a história do jornalismo, entendendo que as origens da prática estão enraizadas nesse ambiente. Para tanto, o trabalho se divide em duas partes: na primeira, realiza-se uma revisão conceitual do termo *gêneros editoriais* e explica-se as particularidades dos *folhetos*; na segunda,

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CAPES. Realizou doutorado-sanduíche na Universidad de Sevilla entre fevereiro e agosto de 2024. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: educomerlato@hotmail.com.

aplica-se essas noções ao estudo do surgimento dos primeiros exemplares jornalísticos. Por fim, nas considerações finais, discutimos de que maneira estas perspectivas podem contribuir para a compreensão do aparecimento do jornalismo durante a Idade Moderna.

Revisão conceitual: do texto ao livro

Buscando superar raciocínios simplistas, a *História do livro e da leitura*, campo que se consolida no século XX como um desdobramento da *História cultural*, propõe uma distinção entre *texto* e *livro*: o primeiro diz respeito ao conteúdo semântico e discursivo, enquanto o segundo refere-se ao suporte material que o torna acessível. De acordo com Cavallo e Chartier (2011, p. 20), os autores não escrevem livros: eles escrevem “textos que se tornam objetos escritos — manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados —, manuseados de diferentes maneiras por seus leitores de carne e osso, cujas formas de leitura variam de acordo com os tempos, os lugares e seus âmbitos”.

Diante dessa conjuntura, o bibliógrafo espanhol Infantes (2001) propôs um termo que, com o passar dos anos, se transformou em uma abordagem teórico-metodológica promissora para se estudar a aparição de novos produtos impressos no decorrer dos séculos XV e XVI: o conceito de *gêneros editoriais*, cuja importância, de acordo com o autor, se situa em sua capacidade de descrever a relação bilateral entre *texto* e *livro*.

No princípio, Infantes (2001) explica que o termo foi concebido para resolver duas de suas maiores preocupações enquanto filólogo especializado no *Siglo de Oro* espanhol: a primeira delas dizia respeito à possibilidade de entender a “transmissão, a interferência e a divulgação de obras que competiam no panorama literário do século XVI”, onde havia um “confronto cronológico entre a *narrativa medieval* e a *narrativa renascentista*” (Infantes, 2001, p. 38). Seu interesse estava voltado para o estudo de como *gêneros literários* que possuíam antecedentes na Idade Média ganharam novos contornos com a chegada da imprensa, entre eles as *narrativas cavaleirescas*.

Já a segunda preocupação do autor estava na busca da possível “existência de uma retórica que emanava não das categorias literárias e das características do discurso dos textos, mas de outras categorias e características da própria constituição das obras convertidas em livros” (Infantes, 2001, p. 38). Foi assim que o autor adicionou o termo *editorial* aos seus estudos de *gêneros literários*, o que também lhe permitiu abordar as características materiais do livro e o cuidadoso trabalho dos editores da época da imprensa manual. Nas palavras de Infantes (2001, p. 38), “tudo isso me levou a tentar entender

como determinados grupos de obras literárias, que não cumpriam os parâmetros estritos dos *gêneros literários*, poderiam, por sua vez, formar um *gênero editorial*", uma vez que parte de suas marcas registradas "provinham de sua condição de livro e podiam explicar – inclusive condicionar – suas características literárias".

A partir dessa análise holística, pode-se abordar desde os propósitos do autor até a realidade editorial de cada época, o que abrange as possíveis formas que "os editores, impressores e livreiros encontravam para fazer um texto circular em um circuito comercial" (Infantes, 1989, p. 467). O conceito de *gêneros editoriais*, assim, se configurou em um apoio multidisciplinar para uma melhor compreensão dos *gêneros literários*, sendo um complemento metodológico aos estudos da cultura escrita. Afinal, por muitos anos, os estudos discursivos serviram "para se compreender o *texto*, objetivo último do crítico literário"; agora, com esse sentido editorial, busca-se "um caminho que nos leva (pouco a pouco) a tentar compreender melhor o *livro*" (Infantes, 2001, p. 40).

Outro autor a revisitar o conceito foi Higashi (2013, 38), que classifica o termo como um *conceito-chave* para se estudar obras renascentistas, entre elas os *livros de cavalaria*, a *literatura celestial*, as *relações de acontecimentos* e os *romances picarescos*. Nas palavras do autor, o *gênero editorial* encontra-se na "fronteira permeável entre as propostas estéticas do autor, as exigências do leitor-comprador e as possibilidades técnicas do impressor" (Higashi, 2013, p. 39), observando todos os aspectos que influenciam a transformação de um *texto* em *livro* em dado circuito de produção:

O gênero editorial não é, obviamente, um conceito puramente teórico; trata-se mais de um plano de interação onde ficam expostas as complicadas relações entre a obra literária, as intenções comerciais com as quais é impressa e a interação entre o autor que satisfaz uma demanda do público e o público que consome um produto oferecido pelo autor (Higashi, 2013, p. 40, tradução nossa).

González-Sarasa Hernández (2019) também enfatiza o conceito como uma ferramenta para se identificar o florescimento de novos gêneros textuais amparados pela técnica de impressão, dado que muitas das características de coesão destas classes estão ancoradas no processo editorial. Assim, a autora aborda o processo no qual um *texto* se torna posse do editor, ator social que o transformará em *livro*, de acordo com a realidade de sua oficina tipográfica e imitando modelos vigentes (*gêneros editoriais*) de sua época:

São, portanto, obras que reúnem condições e traços comuns emanados de sua natureza intrínseca ao se converterem em produtos impressos. Esses traços se

traduzem, (...), na preexistência das obras em uma forma textual distinta daquela que darão lugar em sua versão impressa - considerando, além disso, como já mencionado, que embora em um primeiro momento o aspecto material esteja subordinado ao texto, posteriormente será este (extensão, formato, elementos decorativos adicionais, etc.) que condicionará seu conteúdo, e até mesmo a criação do mesmo, já que, em muitos casos, o autor do texto o fazia apenas porque seria editado, pois de outra forma não teria sentido sua criação - e em sua sobrevivência cronológica: os gêneros editoriais alcançam sua condição ao estenderem suas edições por um período de tempo relativamente amplo, sendo, portanto, sucessos editoriais de uma época determinada (González-Sarasa Hernáez, 2019, p. 77, tradução nossa).

Esse raciocínio também se encontra presente nos trabalhos de Gonzalo Sánchez-Molero (2020, p. 123), que apresentou a seguinte definição para os *gêneros editoriais*: "trata-se de um conceito que liga os *gêneros literários*, após o aparecimento da imprensa, a formas e formatos que já não respondiam aos paradigmas e teorias literárias clássicas", apresentando uma "concepção editorial que só pode ser explicada a partir das áreas de produção e comercialização do livro" (Gonzalo Sánchez-Molero, 2020, p. 123). Dessa forma, enfatiza-se a clara tensão entre o *texto* e o *livro*, na qual pode-se observar uma influência tão grande a ponto do segundo fator afetar a composição do primeiro:

O gênero literário se adapta em sua forma e texto às necessidades da produção impressa e da comercialização editorial de cada época. No horizonte de expectativas que todo autor e leitor estabelecem, a imprensa e seu modelo de negócios favoreceram o surgimento de novos gêneros editoriais, que modificaram, entre os séculos XV e XVIII, a recepção das obras, tanto textual quanto formalmente, pois o fundamental para seu produtor era rentabilizar o investimento e adaptar-se aos gostos do público. A influência do impressor e do mercado editorial aparece assim indissolavelmente ligada à produção literária dos primeiros anos da imprensa, até se tornar, em alguns casos, responsável pelo auge de novas formas expressivas (Sánchez-Molero, 2020, p. 123, tradução nossa).

Com o conceito devidamente apresentado, retomamos o trabalho de Infantes (1989) para identificar como ele foi empregado originalmente. Em um estudo inicial, o autor dedicou-se à descrição de três gêneros de publicações populares na Espanha do século XVI: as *novelas de cavalaria breves*, cujos antecedentes remontam aos cantares de gesta do século XI; a *poesia de cordel*, que se consolidou com o advento da tipografia; e a *prosa de ficção renascentista*, também datada do século XVI. A princípio, o autor adotou uma abordagem baseada nas características textuais desses gêneros, classificando personagens, funções narrativas, métricas, usos da linguagem e outros elementos que contribuíram para o êxito dessas obras no imaginário do público popular da época. No entanto, à medida que avançava em sua análise, ele percebeu que não apenas o conteúdo

textual explicava o apelo dessas obras, mas também o formato editorial em que eram publicadas. A escolha pelo suporte dos *folhetos* revelou-se uma estratégia eficaz para alcançar camadas sociais inferiores, sendo, portanto, crucial para entender sua difusão.

Os folhetos enquanto estratégia editorial

Nesse caso, a constatação de Infantes (1989) acerca dos editores especializados na publicação destes gêneros era a impressão em *pliegos sueltos* (*folhetos*, em português) de tamanho *in-fólio*, *in-quarto* e *in-octavo*. Estes eram suportes materiais simples e efêmeros que podiam ser vendidos pelo preço de poucas moedas. Sua perspectiva é de que, se não houvesse essa possibilidade de produção em um suporte mais barato que o códice medieval, milhares de textos jamais existiriam:

A partir de alguns momentos de seleção sobre os textos literários existentes que se escolhiam para passar à edição, ocorreu a criação específica de textos poéticos que só tinham razão de existir se fossem editados; os gêneros literários cederam lugar aos gêneros editoriais, a poética literária abriu caminho para a poética editorial. Dito de outra forma (mais concisa), milhares de textos poéticos do século XVI (e milhares dos séculos XVII, XVIII e XIX) não teriam existido literariamente se não fosse pela possibilidade de se converterem em livro, nesta ocasião e para este produto impresso, em uma forma de livro que é o *pliego suelto*. A questão me parece de certa importância crítica pois condiciona radicalmente não só as suas características literárias, mas a sua própria criação; não creio estar equivocado se me atrevo a afirmar que cerca de 80% dos textos poéticos de nossa literatura de cordel não teriam sido escritos (literariamente) se não fossem para ser editados e que, portanto, as normas (não explicitamente escritas) desta poética editorial condicionavam, animavam ou promoviam a criação e constituição poética desses textos (Infantes, 2001, p. 39, tradução nossa).

Segundo Infantes (2001), a definição histórica do que é um *pliego suelto* é um pouco imprecisa. Para descobrir o seu verdadeiro significado, o autor recorre ao trabalho precursor de Antonio Rodríguez-Moñino (1970, p. 11), que explica: "por *pliego suelto* se entende, em geral, um caderno de poucas folhas, destinado a propagar textos literários ou históricos entre a grande massa leitora, principalmente popular".

A extensão deste caderno pode variar de acordo com o tamanho de impressão escolhido e quantas folhas são dobradas em uma mesma obra. Acredita-se que, no início, os impressores tinham interesse em realizar a técnica *in-fólio* para formar apenas quatro páginas; entretanto, com o passar dos anos, foi possível constatar que outras folhas podiam ser dobradas e anexadas a estes cadernos sem aumentar consideravelmente o custo de impressão, permitindo lucro aos editores e impressores no circuito comercial.

Nas cercanias de 1550, este formato ganhou maior notoriedade em países como Espanha, Portugal, França e Inglaterra, ampliando, também, a sua extensão: a partir de então, um *pliego suelto* podia ter até mesmo 32 páginas (ou seja, quatro folhas *in-quarto* anexadas). Não obstante, isso não tira o feito de que as suas extensões mais comuns eram, de fato, as de 4 ou 8 páginas, no formato *in-folio* e *in-quarto*, suficientemente extensas para oferecer um grande sortimento de diferentes estilos literários:

O livro manuscrito, durante a Idade Média, e até mesmo adentrando no século XVI, era um objeto caro e de luxo, cuja aquisição só podiam permitir-se certas instituições (monastérios, universidades, conselhos) ou particulares de alta posição econômica: reis, autoridades civis e religiosas, magnatas. A maior parte dos códices conservados tem essa procedência. Com a descoberta da imprensa tornou-se possível a multiplicação de exemplares a baixo custo, especialmente dos volumes de pequeno porte, e o esforço de copiar quase desapareceu. Por algumas moedas, a massa podia adquirir relatos históricos, livros doutrinários ou o que, até então, havia sido matéria própria de jograis e músicos ambulantes: a poesia. Nasce, com os primórdios da tipografia, o folheto barato que reúne um feixe de composições para cantar ou para ler, patrimônio literário de um povo, que antes se limitava quase exclusivamente à tradição oral. O romance, a copla e o vilancete se espalham amplamente pelos limites geográficos com grande rapidez e amplitude (...) Tais opúsculos são a fonte de onde o povo espanhol bebeu e toma seus conhecimentos de poesia, romance, teatro e até mesmo de histórias (...). Livros grossos e caros, para minorias; panfletos, literatura para as massas (Rodríguez-Moñino, 1970, p. 11-12, tradução nossa).

Essa constatação acerca dos *folhetos* nos ajuda a visualizar as suas origens, sua condição de consumo popular e, principalmente, como ele ficou associado a determinados estilos textuais, como *romances*, *poesias*, *relações*, *avisos* e a própria *literatura de cordel*. Isso leva Chartier (2005) a realizar uma correlação entre a fórmula editorial dos *folhetos*, o repertório textual e a representação do público-alvo:

A imprensa substituiu as audiências segmentadas e especializadas da era do manuscrito por um novo público, no qual se misturavam as classes, idades e sexos. A este público, se dirigiam os novos gêneros tipográficos que ligavam uma fórmula editorial — os *folhetos* — e um repertório textual em verso ou prosa. O *pliego suelto* ou o *plecs* impresso se define fundamentalmente como uma folha de papel dobrada duas vezes — ou seja, oito páginas no formato *in-quarto* (...). Em uma jornada de trabalho, uma prensa podia imprimir entre 1250 e 1500 exemplares de um folheto. Assim, ajustada às estruturas da imprensa espanhola, que contava com muitas oficinas que não dispunham de mais que uma prensa, a fórmula dos *folhetos* (capaz de ser ampliada até quatro folhas de impressão, ou seja, gerando 32 páginas ao total) impunha a escolha dos textos cuja circulação podia assegurar. Tinham que ser breves, suscetíveis de grande difusão e pertencer a gêneros populares no duplo sentido, social e comercial, da palavra. Daí surgem, nos séculos XVI e XVII, as preferências pelo repertório poético tradicional dos romances, as relações de acontecimentos, cuja produção anual se incrementou

fortemente a partir da última década do século XVI, e as comédias soltas. A ampla difusão dos folhetos permitiu a presença do escrito impresso na cultura do cotidiano — mesmo para os analfabetos ou pouco alfabetizados (Chartier, 2005, p. 110-111, tradução nossa).

Diante da variedade textual encontrada nesses *folhetos*, Moll (1994), Infantes (2003) e González-Sarasa Hernáez (2019) propuseram, em momentos distintos, *tipologias editoriais da cultura impressa*, com o objetivo de classificar os gêneros comumente encontrados nos *folhetos* da Idade Moderna. A proposta original de Moll (1994), posteriormente ampliada por Infantes (2003), organiza esses impressos em quatro categorias que contemplam textos em prosa e verso. A primeira delas são as *publicações ocorrentes*, folhetos ocasionais, com o título de *relação*, *carta* e *aviso*, que surgem para relatar acontecimentos recentes. Em seguida, as *publicações recorrentes* incluem materiais com periodicidade, como *almanaques*, *calendários*, *prognósticos* e *gazetas periódicas*. Já as *publicações próprias* abarcam impressos vinculados a instituições civis e religiosas, como *bulas*, *sermões*, *mapas*, *cédulas*, *missas* e *pregões*, cuja função é predominantemente documental. Por fim, as *publicações permanentes* referem-se à *literatura de ócio* (*romances*, *poemas*, *folhetins*), cuja relevância editorial permitiu reedições sucessivas, conferindo-lhes durabilidade no mercado e alcance cultural.

Infantes (1997; 2003) manteve essa tipologia baseada em quatro categorias, mas introduziu esclarecimentos importantes. Destacou, por exemplo, a natureza efêmera e informativa das *ocorrentes*³, a regularidade das *recorrentes* e a variedade das *próprias*, ligadas à burocracia, à Igreja e à vida cotidiana. Acrescentou, ainda, uma subdivisão às *permanentes*, distinguindo a *literatura de ócio* da *literatura de instrução* (*cartilhas*, *gramáticas*, *doutrinas*), cuja função pedagógica contribuiu para sua circulação duradoura.

Uma contribuição tipológica mais recente está presente na tese de González-Sarasa Hernáez (2019), que propõe oito espécies de produtos editoriais, de acordo com

³ “São impressos cuja existência está diretamente vinculada a fatos históricos concretos e, geralmente, aparecem editados imediatamente, pois cumprem uma missão de caráter marcadamente informativo; são as conhecidas relações de acontecimentos, majoritariamente em prosa, embora a partir do assentamento e da difusão dos folhetos poéticos, algumas delas também sejam escritas em verso. Podem ser apresentadas sob diferentes configurações retóricas: carta, aviso, novas, notícia, etc., ainda que sejam — na maioria dos casos — textos de breve extensão, 2, 4 ou 8 folhas, sempre em conjugações próprias de folhetos de impressão; costumam ser anônimas e sua redação é muito próxima aos acontecimentos que descrevem (...). Desde a saída daquela que talvez possa ser considerada como a primeira relação: a famosa Carta de Cristóvão Colombo a Luis de Santangel (...); até o desaparecimento do fenômeno de edições avulsas, ao fundir-se com as Gazetas no primeiro terço do século XVII, deixaram não menos de uns 1.300 títulos, ou seja, cerca de uns 2 milhões de exemplares ao longo de século e meio de existência ativa. (Infantes, 2003, p. 43).

o seu uso, suas funções e seu texto: *produtos editoriais litúrgicos; produtos editoriais de devoção e culto; produtos editoriais para lazer; produtos editoriais para instrução escolar e catequética; produtos editoriais para a gestão governamental e de administração pública; produtos editoriais para a gestão da Igreja; produtos editoriais de informação, notificação privada e documentação pessoal* (o que inclui *certificados, licenças governamentais, cartões e documentos de identificação*); e *produtos editoriais de informação*, no qual poderíamos dividir entre as subclasses *ocorrentes e recorrentes*.

A relação entre os folhetos e o nascimento do jornalismo ibero-americano

Conforme as tipologias evidenciam, o amplo repertório textual encontrado nos *folhetos* também incluía as primeiras *notícias* impressas, cruciais para o desenvolvimento do *jornalismo* no curso da Idade Moderna, sobretudo em uma perspectiva ibero-americana. Antes do jornalismo periódico tomar forma no século XVII, com a aparição das *gazetas* mensais, outros gêneros de produção ocasional eram publicados para narrar acontecimentos recentes. Entre eles, temos as *cartas de relação*, publicações epistolares impressas para divulgar certos eventos; as *relações de acontecimento*, folhetos ocasionais que se limitavam a contar detalhadamente um acontecimento por impressão; e os *avisos*, que estabelecem o conceito de publicações pluritemáticas ao compilar diferentes eventos.

Esses gêneros se inserem na categoria das *publicações ocorrentes*, sendo *produtos editoriais de informação*, compartilhando duas grandes características. A primeira era o *discurso informativo*: todos buscavam narrar acontecimentos reais, distinguindo-se apenas pelo estilo retórico e pela estrutura narrativa. Por exemplo, enquanto as *cartas* e as *relações* geralmente tratavam de um único acontecimento com riqueza de detalhes, os *avisos* ofereciam uma compilação noticiosa de múltiplos eventos. A segunda característica comum dizia respeito à *estratégia editorial*: eram produzidos em formatos acessíveis, como os folhetos *in-fólio* e o *in-quarto*.

É fundamental, portanto, considerar esses *gêneros informativos* também como *gêneros editoriais*, pois só existiram graças às possibilidades materiais e comerciais dos *folhetos*. Além da efemeridade e do baixo custo, os *folhetos* permitiam certa agilidade na produção, o que lhes conferia uma característica essencial da prática jornalística contemporânea: a *atualidade da informação*. Obviamente, o contexto da Idade Moderna não permitia a instantaneidade dos dias atuais; contudo, como observa Infantes (2003, p. 44), já se percebia uma “necessidade urgente” na sociedade do *Siglo de Oro*, que

“demandava sobre a informação dos acontecimentos históricos e o negócio que representava sua pontual aparição”. O autor inclusive registra uma queixa de impressores sevilhanos a Felipe II quanto à lentidão dos correios na circulação de notícias.

A venda de relatos informativos, assim, moldou novos *gêneros editoriais* que só existiram amplamente graças à técnica de produção dos *folhetos*. Nessa mesma linha, também podemos considerar as *gazetas* como *gêneros editoriais* surgidos no século XVII. Inicialmente, elas eram folhetos compilatórios semelhantes aos *avisos*, sendo produzidos ocasionalmente. Com o tempo, contudo, tornaram-se *publicações periódicas*, geralmente mensais ou semanais, integrando a classe das *publicações recorrentes*. São exemplos: *Gazeta da Restauração* (1641), *Gazeta Nueva* (1661), *Gazeta do México* (1722) e a tardia *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808). Em comum, além da periodicidade e do discurso informativo, essas *gazetas* funcionavam como *espaços de convergência de gêneros*: nelas, o leitor encontrava *cartas*, *relações* e *avisos* condensados em um mesmo suporte, o *folheto in-quarto*, oscilando entre quatro ou oito páginas, o que acabava por condicionar o trabalho do redator, que tinha de selecionar notícias sem exceder o limite.

Considerações finais

Este trabalho buscou destacar a importância de se analisar as correlações entre *conteúdo* e *formato*, isto é, entre *texto* e *livro*. Tal perspectiva nos permite compreender como a indústria do impresso se estruturou na Idade Moderna e contribuiu para a configuração de práticas contemporâneas. Um exemplo notável é o jornalismo, cujas origens podem ser rastreadas nas publicações ocasionais de *folhetos informativos* (*cartas*, *relações* e *avisos*, no século XVI), até alcançar o modelo das *gazetas periódicas* (século XVII). Na visão de Chartier (2005), algo semelhante ocorreu com o *romance*, gênero que adotou determinada forma, as *brochuras in-octavo*, em razão de estratégias de produção:

Este é um argumento que pode ser desenvolvido em outros gêneros que são textuais e que, ao mesmo tempo, se tornam gêneros editoriais (...). Hoje, quando perguntamos a alguém se leu um *livro*, é simultaneamente uma alusão a um texto, a um romance e a um objeto. O conceito de livro designa, ao mesmo tempo, o objeto material e o próprio texto. Parece que, no contexto da História do livro, devemos desvinculá-los, porque as formas sucessivas dadas ao mesmo texto criam condições de entendimento e de interpretação que são diversas. A relação imediata entre as formas e os textos é uma maneira de abordar este problema que se torna imenso em um mundo como o nosso, onde as formas do escrito mudaram. Todas as formas de cultura mudam hoje do impresso para a forma eletrônica da tela, e isso cria uma maneira completamente diversa de relação com os textos (Chartier, 2009, p. 126, tradução nossa).

O próprio jornalismo, portanto, deve ser compreendido como *gênero editorial*: além de possuir um estilo textual específico, ele também se estruturou materialmente em um suporte definido, o *folheto*, utilizado até o século XIX, quando se consolida a imprensa industrial. Analisar o nascimento do jornalismo a partir dessa ótica permite iluminar sua historicidade e complexidade, revelando como as *estratégias editoriais* da Idade Moderna forneceram as bases para sua constituição por meio de dois fatores: o *desejo por notícias* numa sociedade em transformação e as novas possibilidades oferecidas pelos *folhetos*.

Referências

- CAVALLO, G; CHARTIER, R. **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Buenos Aires: Taurus, 2011.
- CHARTIER, R. **El presente del pasado**. Escritura de la historia, historia de lo escrito. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2005.
- CHARTIER, R. Escritura y lectura de la historia. Entrevista con Roger Chartier. In: QUEMAIN, M. **Boletín del Archivo General de la Nación**, v. 7, n. 02, p. 117-134, 1 out. 2009.
- GONZALO SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. Los géneros editoriales. In: PEÑA DÍAZ, M. **Historia de la edición y la lectura en Andalucía (1474-1808)**. Córdoba: UCOPress, 2020, p. 121-134.
- GONZÁLEZ-SARASA HERNÁNDEZ, S. **Tipología editorial del impreso antiguo español**. Madrid: Biblioteca Nacional de España, 2019.
- HIGASHI, A. El género editorial y el Romancero, **Lemir**, Universitat de València, Valencia, 17, 2013, p. 37-64.
- INFANTES, V. La prosa de ficción renacentista: entre los géneros literarios y el género editorial. IN: VILANOVA ANDREU, A. (coord.). **Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas**. Barcelona, Vol. 1, 1989, p. 467-474.
- INFANTES, V. “Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas”. **Bulletin hispanique**, Vol. 99, Nº 1, 1997, p. 281-292.
- INFANTES, V. Los géneros editoriales: entre el texto y el libro. In: PEÑA DÍAZ, M. et al (coord.). **La cultura del libro en la edad moderna: Andalucía y América**. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2001, p. 37-46.
- INFANTES, V. La tipología de las formas editoriales. In: INFANTES, V.; BOTREL, F.; LOPEZ, F. (coords.). **Historia de la edición y de la lectura en España: 1475- 1914**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, p. 39-49.
- MOLL, J. **De la imprenta al lector**: Estudios sobre el libro español de los siglos XVI al XVIII. Madrid: Arco Libros, 1994.
- RODRÍGUEZ-MOÑINO, A. **Diccionario bibliográfico de pliegos sueltos poéticos (siglo XVI)**. Madrid: Castalia, 1970.